

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO MULATO**  
**PROMULGADA EM 30 DE JUNHO DE 1993**

**ACOMPANHAMENTOS DOS ÍNDICES:**

- Sistemático da Lei Orgânica do Município de Jardim do Mulato Estado do Piauí.
- Alfabético-remissivo da Lei Orgânica do Município de Jardim do Mulato - Estado do Piauí.
- Alfabético-remissivo do Ato das Disposições Transitórias.

**ESTADO DO PIAUÍ**

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO MULATO**

**(Promulgada e publicada em 30 de junho de 1993)**

**P R E Â M B U L O**

Nós, legítimos representantes do povo mulatense, convictos na formulação de uma sociedade progressiva, que assegura aos membros os valores supremos do trabalho, da liberdade, do bem-estar, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça, sob a proteção de Deus, promulgamos a seguinte **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO MULATO**.

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO  
DE JARDIM DO MULATO - ESTADO DO PIAUÍ.

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL (Arts. 1º a 12º)

|                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| CAPÍTULO I – Do Município (Arts. 1º a 9º)                         |    |
| Seção I – Disposições Gerais (Arts. 1º e 4º)                      | 01 |
| Seção II – Da divisão Administrativa do Município (Arts. 5º e 9º) | 01 |
| CAPÍTULO II – Da Competência do Município (Arts. 10º a 12º)       |    |
| Seção I – Da Competência Privativa (Art. 10º)                     | 02 |
| Seção II – Da Competência Comum (Art. 11º)                        | 05 |
| Seção III – Da Competência Suplementar (Art. 12º)                 | 05 |

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES (Arts. 13º a 85º)

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| CAPÍTULO I – Do Poder Legislativo (Arts. 13º a 54º)                                 |    |
| Seção I – Da Câmara Municipal (Arts. 13º a 20º)                                     | 07 |
| Seção II – Do Funcionamento da Câmara (Arts. 21º a 32º)                             | 08 |
| Seção III – Das Atribuições da Câmara Municipal (Arts. 33º a 35º)                   | 11 |
| Seção IV – Dos Vereadores (Arts. 36º a 40º)                                         | 14 |
| Seção V – Do Processo Legislativo (Arts. 41º a 51º)                                 | 16 |
| Seção VI – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária<br>(Arts. 52º a 54º) | 19 |
| CAPÍTULO II – Do Poder Executivo (Arts. 55º a 85º)                                  |    |
| Seção I – Do Prefeito e do Vice-Prefeito (Arts. 55º a 63º)                          | 20 |
| Seção II – Das Atribuições do Prefeito (Arts. 64º a 66º)                            | 21 |
| Seção III – Da Perda e Extinção do Mandato (Arts. 67º a 71º)                        | 23 |
| Seção IV – Dos Auxiliares Diretos do Prefeito (Arts. 72º a 79º)                     | 24 |
| Seção V – Da administração Pública (Arts. 80º e 81º)                                | 25 |
| Seção VI – Dos Servidores Públicos (Arts. 82º a 84º)                                | 27 |
| Seção VII – Da Segurança Pública (Art. 85º)                                         | 29 |

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL (Arts. 86º a 135º)

CAPÍTULO I – Da Estrutura Administrativa (Art. 86º)

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| CAPÍTULO II – Dos Atos Municipais (Arts. 87º a 93º)                                 |    |
| Seção I – Da Publicidade dos Atos Municipais (Arts. 87º e 88º)                      | 32 |
| Seção II – Dos Livros (Art. 89º)                                                    | 32 |
| Seção III – Dos Atos Administrativos (Art. 90º)                                     | 32 |
| Seção IV – Das Proibições (Arts. 91º e 92º)                                         | 33 |
| Seção V – Das Certidões (Art. 93º)                                                  | 34 |
| CAPÍTULO III – Dos Bens Municipais (Arts. 94º a 103º)                               | 34 |
| CAPÍTULO IV – Das Obras e Serviços Municipais (Arts. 104º a 108º)                   | 35 |
| CAPÍTULO V – Da Administração Tributária Financeira (Arts. 109º a 135º)             | 36 |
| Seção I – Dos Tributos (Arts. 109º a 114º)                                          | 36 |
| Seção II – Da Receita e da Despesa (Arts. 115º a 122º)                              | 37 |
| Seção III – Do Orçamento (Arts. 123º a 135º)                                        | 39 |
| TÍTULO IV                                                                           |    |
| DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL (Arts. 136º a 166º)                                     |    |
| CAPÍTULO I – Disposições Gerais (Arts. 136º a 142º)                                 | 43 |
| CAPÍTULO II – Da Previdência e Assistência Social (Arts. 143º e 144º)               | 43 |
| CAPÍTULO III – Da Saúde (Arts. 145º a 147º)                                         | 44 |
| CAPÍTULO IV – Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto (Arts. 148º e 159º) | 44 |
| CAPÍTULO V – Da Política Urbana (Arts. 160º a 164º)                                 | 47 |
| CAPÍTULO VI – Do Meio Ambiente (Art. 165º)                                          | 48 |
| CAPÍTULO VII – Da Política Agrícola (Art. 166º)                                     | 49 |
| TÍTULO V                                                                            |    |
| DISPOSIÇÕES GERAIS (Arts. 167º a 173º)                                              | 51 |
| ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS (Arts. 174º a 182º)                                | 53 |

# **TÍTULO I**

## **DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL**

### **CAPÍTULO I**

#### **Do Município**

#### **SEÇÃO I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 1º – O Município de Jardim do Mulato, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada e aprovada por sua Câmara Municipal.

Art. 2º – São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único – Constituem bens do Município a bandeira, o brasão e o hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 3º – Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 4º – A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade.

#### **SEÇÃO II**

##### **Da divisão Administrativa do Município**

Art. 5º – O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art. 6º desta Lei Orgânica.

Parágrafo Primeiro – A criação do Distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais Distritos, que serão suprimidos, sendo dispensada, nessa hipótese, a verificação dos requisitos do Art. 6º desta Lei Orgânica.

Parágrafo Segundo – A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

Parágrafo Terceiro – O Distrito terá nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

Art. 6º – São requisitos para criação de Distrito:

I – população, eleitorado e arrecadação não inferiores a quinta parte exigida para criação do Município;

II – existência, na povoação-sede, de, pelo menos, cinquenta moradias, escola pública, posto de saúde, posto policial e abastecimento d'água.

Parágrafo Único – A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo dar-se-á mediante:

a) declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de estimativa de população;

b) certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

c) certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal do Município, certificando o número de moradias;

d) certidão do órgão fazendário estadual e do municipal certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

e) certidão emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde e de Segurança Pública do Estado, certificando a existência da escola pública, dos postos de saúde e policial, do abastecimento d'água na povoação sede.

Art. 7º – Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas:

I – evitar-se-ão, tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II – dar-se-á preferência, para a delimitação, as linhas naturais, facilmente identificáveis;

III – na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

IV – é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

Parágrafo Único – As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, salvo, para evitar duplicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 8º – A alteração de divisão administrativa do Município somente pode ser feita quadrilateralmente, no ano anterior ao das eleições municipais.

Art. 9º – A instalação do Distrito se fará perante o Juiz de Direito da Comarca, na sede do Distrito.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Competência do Município**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Competência Privativa**

Art. 10º – Ao Município compete promover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

III – elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

IV – criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;

- V – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, ensino fundamental e especial;
- VI – elaborar o orçamento anual e plurianual de investimento;
- VII – instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar as suas rendas;
- VIII – fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- IX – dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;
- X – dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;
- XI – organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos servidores públicos;
- XII – organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais;
- XIII – planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;
- XIV – estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arrumamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a lei federal;
- XV – conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;
- XVI – cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade, ou determinando o fechamento do estabelecimento;
- XVII – estabelecer certidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários;
- XVIII – adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;
- XIX – regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;
- XX – regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;
- XXI – fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;
- XXII – conceder, permitir ou autorizar os serviços de transportes coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas;
- XXIII – fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;
- XXIV – disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelage máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;
- XXV – tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária, quando houver;
- XXVI – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXVII – prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXVIII – ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

XXIX – dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios;

XXX – regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXXI – prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com instituição especializada;

XXXII – organizar e manter os serviços de fiscalização, necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXXIII – fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XXXIV – dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXXV – dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXXVI – estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XXXVII – promover os seguintes serviços:

a) mercados, feiras e matadouros;

b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais;

c) transportes coletivos estritamente municipais;

d) iluminação pública;

XXXVIII – regulamentar o serviço de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;

XXXIX – assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições, administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo os prazos de atendimento.

Parágrafo Primeiro – As normas de loteamento e arrumamento a que se refere o inciso XIV deste artigo deverão exigir reservas de áreas destinadas a:

a) zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) vias de tráfego e de passagem de canalização pública, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales;

c) passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais com largura mínima de dois metros nos fundos de lotes, cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo.

Parágrafo Segundo – A lei complementar de criação da guarda

municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

## SEÇÃO II

### Da Competência Comum

Art. 11º – É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, a educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XI – estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito.

## SEÇÃO III

### Da Competência Suplementar

Art. 12º – Ao Município é vedado:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – recusar fé aos documentos públicos;

III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV – subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V – manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

VI – outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

VIII – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

IX – cobrar tributo:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

X – utilizar tributos com efeito de confisco;

XI – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

XII – instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado ou de outros municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais, dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei Federal;

d) livros, jornais periódicos e o papel destinado à sua impressão.

Parágrafo Primeiro – A vedação do inciso XII, letra “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

Parágrafo Segundo – As vedações do inciso XII, letra “a”, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

Parágrafo Terceiro – As vedações expressas no inciso XII, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

Parágrafo Quarto – As vedações expressas nos incisos VII a XII, serão regulamentadas em lei complementar federal.

TÍTULO II  
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I  
Do Poder Legislativo

SEÇÃO I  
Da Câmara Municipal

Art. 13º – O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único – Cada legislatura terá a duração de 4 (quatro) anos, compreendendo cada ano sessão legislativa.

Art. 14º – A Câmara Municipal é composta de Vereadores eleitos, pelo sistema proporcional como representantes do povo, com mandato de quatro anos.

Parágrafo Primeiro – São condições de elegibilidade para o mandato de vereador na forma da lei federal:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de dezoito anos;
- VII – ser alfabetizado.

Parágrafo Segundo – o número de vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista a população do Município, e observados os limites estabelecidos no Art. 29º, da Constituição Federal.

— **D** Art. 15º – A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de primeiro de agosto a 15 de dezembro.

Parágrafo Primeiro – As reuniões marcadas para estas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

Parágrafo Segundo – A Câmara reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

Parágrafo Terceiro – A Convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

- I – pelo Prefeito, quando este entender necessária;
- II – pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- III – pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público revelante;

IV – pela Comissão Representativa da Câmara conforme previsto no Art. 36º, V, desta Lei Orgânica.

Parágrafo Quarto – Na sessão legislativa extraordinária a Câmara Municipal, somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 16º – As deliberações das Câmaras serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, salvo disposição em contrário constante na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 17º – A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.

Art. 18º – As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado a seu funcionamento, observado o disposto no Art. 35º, XIV, desta Lei Orgânica.

Art. 19º – As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, de 2/3 (dois terços) dos vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 20º – As sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um oitavo dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos do plenário e das votações.

## SEÇÃO II Do Funcionamento da Câmara

Art. 21º – A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de primeiro de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.

Parágrafo Primeiro – A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente de número, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

Parágrafo Segundo – O vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Terceiro – Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

Parágrafo Quarto – Inexistindo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Parágrafo Quinto – A Eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

Parágrafo Sexto – No ato da posse e ao término do mandato, os vereadores deverão fazer declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

Art. 22º – O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 23º – A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

Parágrafo Primeiro – Na Constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

Parágrafo Segundo – Na ausência dos membros da Mesa o Vereador mais idoso assumirá a Presidência.

Parágrafo Terceiro – Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

Art. 24º – A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

Parágrafo Primeiro – As comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de 1/10 (um décimo) dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixa de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – exercer no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do executivo e da administração indireta.

Parágrafo Segundo – As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.

Parágrafo Terceiro – Na formação das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

Parágrafo Quarto – As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criados pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço dos seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 25º – A Maioria, a Minoria e as Representações Partidárias com número de membros superior a 1/10 (um décimo) da composição da Casa, terão Líder e Vice-Líder.

Parágrafo Primeiro – A indicação dos Líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias e minoritárias ou representações partidárias à Mesa, nas vinte e quatro horas que se seguirem à instalação do Primeiro período legislativo anual.

Parágrafo Segundo – Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 26º – Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas comissões da Câmara.

Parágrafo Único – Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Art. 27º – A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar o seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, polícia e provimentos de cargos de seus serviços e, especialmente sobre:

- I – sua instalação e funcionamento;
- II – posse de seus membros;
- III – eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;
- IV – número de reuniões mensais;
- V – comissões;
- VI – sessões;
- VII – deliberações;
- VIII – todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 28º – Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

Parágrafo Único – A falta do comparecimento do Secretário Municipal, ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à Câmara, e, se o Secretário ou Diretor for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da lei federal, e consequente cassação do mandato.

Art. 29º – O Secretário Municipal ou Diretor equivalente, a seu pedido, poderá comparecer perante o Plenário ou qualquer comissão da Câmara para expor assunto e discutir projeto de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

Art. 30º – A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informação falsa.

Art. 31º – À Mesa dentre outras atribuições compete:

I – tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II – propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III – apresentar projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV – promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V – representar, junto ao Executivo, sobre necessidade de economia interna;

VI – contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 32º – Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

I – representar a Câmara em juízo e fora dele;

II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – promulgar as resoluções e decretos legislativos;

V – promulgar as leis com sanção tácita e cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;

VI – fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;

VII – autorizar as despesas da Câmara;

VIII – representar por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

IX – solicitar por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município nos casos Admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

X – manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XI – encaminhar para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída tal competência.

### SEÇÃO III

#### **Das Atribuições da Câmara Municipal**

Art. 33º – Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

I – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas;

II – autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III – votar o orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV – deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

V – autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI – autorizar a concessão de serviços públicos;

VII – autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VIII – autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

IX – autorizar a alienação de bens imóveis;

X – autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XI – criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara;

XII – criar, estruturar e conferir atribuições a Secretários ou Diretores equivalentes e órgãos da administração pública;

XIII – aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

XIV – autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;

XV – delimitar o perímetro urbano;

XVI – autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XVII – estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento.

Art. 34º – Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

I – eleger sua Mesa;

II – elaborar o Regimento Interno;

III – organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV – propor a criação e a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V – conceder a licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

VI – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, por mais de 20 (vinte) dias, por necessidade do serviço;

VII – tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do seu recebimento, observando os seguintes preceitos:

a) o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

c) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito;

VIII – decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação Federal aplicável;

IX – autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

X – proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

XI – aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado, pelo município com a União, o Estado, outra pessoa jurídica de direito público interno, ou entidades assistenciais e culturais;

XII – convocar o Prefeito e o Secretário do Município ou Diretor equivalente para prestar esclarecimentos, apazando dia e hora para o comparecimento;

XIII – deliberar sobre o adiamento e a suspensão de reuniões;

XIV – criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros;

XV – conceder título de certidão honorário e conferir homenagens a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular mediante proposta pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

XVI – solicitar intervenção do Estado no Município;

XVII – julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos na lei federal;

XVIII – fiscalizar e controlar os atos do poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XIX – fixar, observando o que dispõe os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153, Parágrafo Segundo, I, da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, sobre a qual incidirá o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;

XX – fixar, observando o que dispõe os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153, Parágrafo Segundo, da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, sobre a qual incidirá o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 35º – Ao término de cada sessão legislativa a Câmara elegerá dentre os seus membros, em votação secreta, uma comissão representativa, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares na Casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, com as seguintes atribuições:

I – reunir-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;

II – zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III – zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV – autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de 20 (vinte) dias;

V – convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante.

Parágrafo Primeiro – A comissão representativa, constituída por número ímpar de vereadores, será presidida pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo Segundo – A comissão representativa deverá apresentar relatório dos trabalhos por ele realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

#### SEÇÃO IV Dos Vereadores

Art. 36º – Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato, e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Parágrafo Primeiro – Desde a expedição do diploma e até a inauguração da legislatura subsequente, o vereador não poderá ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável.

Parágrafo Segundo – O vereador não será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiarem ou dele receberem informações.

Art. 37º – É vedado ao Vereador:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista ou com suas empresas concessionárias do serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observando o disposto no art. 82, I, IV e V desta Lei Orgânica.

II – desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na administração pública direta ou indireta do município, de que seja exonerável “ad nutum”, salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer a função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades que se refere a alínea "a" do inciso I.

Art. 38º – Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes.

III – que utilizar o mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada ou missão autorizada pela edilidade;

V – que fixar domicílio fora do Município;

VI – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

Parágrafo Primeiro – Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal; considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

Parágrafo Segundo – Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

Parágrafo Terceiro – Nos casos previstos nos incisos III e IV, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 39º – O Vereador poderá licenciar-se:

I – por motivo de doença;

II – para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

III – para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

Parágrafo Primeiro – Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, conforme previsto no art. 38, II, letra "a", desta Lei Orgânica.

Parágrafo Segundo – Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II, a Câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio doença ou auxílio especial.

Parágrafo Terceiro – O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da Legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

Parágrafo Quarto – A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias e o vereador não poderá reasssumir o exercício do mandato antes do término da licença.

Parágrafo Quinto – Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença, o não comparecimento às reuniões de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

Parágrafo Sexto – Na hipótese do Parágrafo Primeiro o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 40º – Dar-se-á a convocação do suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença.

Parágrafo Primeiro – O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

Parágrafo Segundo – Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o **quorum** em função dos vereadores remanescentes.

## SEÇÃO V Do Processo Legislativo

Art. 41º – O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I – emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – resoluções e
- VI – decretos legislativos.

Art. 42º – A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal.

Parágrafo Primeiro – A proposta será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Segundo – A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

Parágrafo Terceiro – A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Art. 43º – A iniciativa das leis cabe a qualquer vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.

Art. 44º – As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único – Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

- I – Código Tributário do Município;
- II – Código de Obras;
- III – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- IV – Código de Posturas;
- V – lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;
- VI – lei orgânica instituidora da guarda municipal;
- VII – lei da criação de cargos, funções ou empregos públicos.

Art. 45º – São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

- I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- II – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes a órgãos da administração pública;
- IV – matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

Parágrafo Único – Não será admitido aumento das despesas previstas nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte.

Art. 46º – É da competência exclusiva da mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham:

- I – autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
- II – organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixações da respectiva remuneração;

Parágrafo Único – Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos Vereadores.

Art. 47º – O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

Parágrafo Primeiro – Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até 90 (noventa) dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

Parágrafo Segundo – Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, para que se ultime a votação.

Parágrafo Terceiro – O prazo do Parágrafo Primeiro não corre no período de recesso da Câmara nem se aplica aos projetos de lei complementar.

**Art. 48º** – Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito, que aquiescendo, o sancionará.

Parágrafo Primeiro – O Prefeito considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

Parágrafo Segundo – O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

Parágrafo Terceiro – Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção.

Parágrafo Quarto – A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

Parágrafo Quinto – Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

Parágrafo Sexto – Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no Parágrafo Terceiro, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 48 desta Lei Orgânica.

Parágrafo Sétimo – A não promulgação da Lei no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos Parágrafos Terceiro e Quinto, criará para o Presidente da Câmara a obrigação de fazê-lo em igual prazo.

**Art. 49º** – As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

Parágrafo Primeiro – Os atos de competência privada da Câmara, a matéria reservada, à lei complementar e os planos plurianuais e os orçamentos não serão objeto de delegação.

Parágrafo Segundo – A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

Parágrafo Terceiro – O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara que o fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

**Art. 50º** – Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo Único – Nos casos de projeto de resolução e de projetos

de decreto legislativo, considerar-se-á encerrada, com a votação final, a elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 51º – A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

## SEÇÃO VI

### **Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária**

Art. 52º – A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

Parágrafo Primeiro – O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do município, o desempenho de funções de autoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Parágrafo Segundo – As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que se for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões do parecer, se não houver deliberação dentro do prazo.

Parágrafo Terceiro – Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

Parágrafo Quarto – As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestados na forma da legislação federal e da estadual em vigor, podendo o município suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 53º – O Executivo manterá o sistema de controle interno, a fim de:

I – criar condições indispensáveis, para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II – acompanhar as execuções de programas de trabalhos e do orçamento;

III – avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV – verificar a execução dos contratos.

Art. 54º – As contas do Município ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, na Câmara Municipal, para exame e apreciação, o qual poderá questioná-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

## **CAPÍTULO II** **Do Poder Executivo**

### **SEÇÃO I** **Do Prefeito e do Vice-Prefeito**

Art. 55º – O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Parágrafo Único – aplicar-se à elegibilidade para o Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no Parágrafo Primeiro do Art. 15 desta Lei Orgânica e a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

Art. 56º – A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente até 90 (noventa) dias antes do término do mandato dos que devam suceder.

Parágrafo Primeiro – A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

Parágrafo Segundo – as eleições do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores serão realizadas de acordo com o Art. 29, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 57º – O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia primeiro de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as Leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral do Município e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo Único – Decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, será este declarado vago.

Art. 58º – Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no de vaga o Vice-Prefeito.

Parágrafo Primeiro – O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

Parágrafo Segundo – O Vice-Prefeito além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 59º – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único – O Presidente da Câmara recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinenti, a sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara a chefia do Executivo.

Art. 60º – Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

Iº – ocorrendo a vacância nos três primeiros anos do mandato, far-

se-á eleição 90 (noventa) dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores;

II – ocorrendo a vacância no último ano do mandato, assumirá o Presidente da Câmara que completará o período.

Art. 61º – O mandato do Prefeito é de 4 (quatro) anos, vedada a reeleição para o período subsequente, e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 62º – O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por um período superior a 15 (quinze) dias, sob pena de perda do cargo ou do mandato.

Parágrafo Único – O Prefeito regularmente licenciado terá direito a receber a remuneração, quando:

I – impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença definitivamente comprovada;

II – em gozo de férias;

III – a serviço ou em missão de representação do Município.

Parágrafo Primeiro – O Prefeito gozará férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

Parágrafo Segundo – A remuneração do prefeito será estipulada na forma do inciso XXI, do Art. 35º desta Lei Orgânica.

Art. 63º – Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

Parágrafo Único – o Vice-Prefeito fará declaração de bens no momento em que assumir, pela primeira vez o exercício do cargo.

## SEÇÃO II

### Das Atribuições do Prefeito

Art. 64º – Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dá cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.

Art. 65º – Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I – a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nessa Lei Orgânica;

II – representar o município em juízo e fora dele;

III – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;

IV – vetar no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

V – decretar nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

- VI – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
- VII – permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros;
- VIII – permitir ou autorizar a execução de serviços públicos, por terceiros;
- IX – prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
- X – enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;
- XI – encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;
- XII – encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;
- XIII – fazer publicar os atos oficiais;
- XIV – prestar à Câmara, dentro de 15 (quinze) dias, as informações pela mesma solicitada, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleitiados;
- XV – prover os serviços de obras da administração pública;
- XVI – superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando a despesa e pagamento dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;
- XVII – colocar a disposição da Câmara, dentro de 10 (dez) dias de sua requisição, as quantias que devem ser despendidas de uma só vez até o dia 20 (vinte) de cada mês, os recursos correspondentes suplementares e especiais;
- XVIII – aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;
- XIX – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;
- XX – oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;
- XXI – convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;
- XXII – aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arreamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;
- XXIII – apresentar, anualmente, à Câmara relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;
- XXIV – organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas;
- XXV – contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;
- XXVI – providenciar sobre a administração dos bens do município e sua alimentação na forma da lei;

XXVII – organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do município;

XXVIII – desenvolver o sistema viário do município;

XXIX – conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovados pela Câmara;

XXX – providenciar sobre o incremento do ensino;

XXXI – estabelecer a divisão administrativa do município, de acordo com a lei;

XXXII – solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos;

XXXIII – solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do município por tempo superior a 20 (vinte) dias;

XXXIV – adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXV – publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

Art. 66º – O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos IX, XV e XXIV do Art. 66º.

### SEÇÃO III

#### Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 67º – É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no Art. 82º, I, IV e V, desta Lei Orgânica.

Parágrafo Primeiro – É igualmente vedado ao Prefeito e ao Vice-Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

Parágrafo Segundo – A infringência no disposto neste artigo e seu Parágrafo Primeiro importará em perda do mandato.

Art. 68º – As incompatibilidades declaradas no Art. 38º, seus incisos e letras, desta Lei Orgânica, estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e a seus Secretários Municipais ou Diretores equivalentes.

Art. 69º – São crimes de responsabilidades do Prefeito Municipal, além de outros previstos em lei federal, os atos que atentarem contra:

I – a ordem jurídica constituída;

II – o livre exercício do poder Legislativo;

III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV – a segurança interna do País, Estado ou do Município;

V – a probidade na administração;

VI – a Lei Orgânica;

Parágrafo Único – O processo e o julgamento, bem como a definição desses crimes, são os estabelecidos em lei federal.

Art. 70º – O Prefeito Municipal será submetido a julgamento peran-

te o Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns e perante a Câmara Municipal nos crimes de responsabilidade.

Parágrafo Primeiro – O Prefeito ficará afastado de suas funções:

I – nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Tribunal de Justiça;

II – nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Câmara Municipal.

Parágrafo Segundo – Se decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, e o julgamento não tiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

Art. 71º – Será declarado Vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I – ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de 10 (dez) dias;

III – infringir as normas dos Arts. 38º e 63º desta Lei Orgânica;

IV – perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

#### SEÇÃO IV

##### Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 72º – São auxiliares diretos do Prefeito:

I – os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes;

II – os subprefeitos.

Parágrafo Único – Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito.

Art. 73º – A lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Art. 74º – São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário ou Diretor equivalente:

I – ser brasileiro;

II – estar no exercício do direito político;

III – ser maior de 21 (vinte e um) anos.

Art. 75º – Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários ou Diretores:

I – subscrever atos e regulamentos referentes a seus órgãos;

II – expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

III – apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas repartições;

IV – comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocado pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

Parágrafo Primeiro – Os decretos, atos e regulamentos referentes

aos Serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelo Secretário ou Diretor da Administração.

Parágrafo Segundo – A infringência ao item IV deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade.

Art. 76º – Os Secretários ou Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 77º – A Competência do subprefeito limitar-se-á ao distrito para o qual foi nomeado.

Parágrafo Único – Aos subprefeitos, como delegados ao executivo, compete:

I – cumprir e fazer cumprir, de acordo com as instruções recebidas do prefeito, as leis, resoluções, regulamentos e demais atos do Prefeito e da Câmara;

II – fiscalizar os serviços distritais;

III – atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando lhe for favorável a decisão proferida;

IV – indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Distrito;

V – prestar contas ao Prefeito mensalmente ou quando lhe forem solicitadas;

Art. 78º – O Subprefeito em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 79º – Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo.

## SEÇÃO V

### Da Administração Pública

Art. 80º – A Administração pública direta ou indireta, de qualquer dos Poderes do Município obedecerá os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas de títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas de títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exerci-

dos preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público;

X – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, far-se-á sempre na mesma data;

XI – a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no Art. 83º, Parágrafo Primeiro desta Lei Orgânica;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV – os vencimentos dos servidores públicos, são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõe os Arts. 37º, XI, XII, 150º, II e 153º, III, Parágrafo Segundo, I da Constituição Federal;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

a) de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquias ou fundação pública;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação, de qualquer delas em empresa privada;

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras,

serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que sugere igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se as qualificações técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Parágrafo Primeiro – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Segundo – A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Parágrafo Terceiro – As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

Parágrafo Quarto – Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma de gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo Quinto – A lei federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

Parágrafo Sexto – As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 81º – Ao servidor público em exercício de mandato eletivo, aplica-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – Investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício tivesse.

## SEÇÃO VI

### Dos Servidores Públicos

Art. 82º – O Município instituirá regime jurídico único e plano de

carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Parágrafo Primeiro – A lei assegurará aos servidores, da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo poder ou entre servidores dos poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou ao local de trabalho.

Parágrafo Segundo – Aplica-se a esses servidores o disposto no artigo sétimo, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XV, XVI, XVII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

Art. 83º – O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes de serviços, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais;

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais;

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Parágrafo Primeiro – A Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, letras “a” e “c”, no caso de exercício de atividade consideradas, insalubres e perigosas.

Parágrafo Segundo – A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

Parágrafo Terceiro – O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

Parágrafo Quarto – Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

Parágrafo Quinto – O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo.

Art. 84º – São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

Parágrafo Primeiro – O servidor público estável só perderá o cargo

em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Parágrafo Segundo – Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

Parágrafo Terceiro – Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

## SEÇÃO VII Da Segurança Pública

Art: 85º – O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

Parágrafo Primeiro – A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

Parágrafo Segundo – A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.



TÍTULO III  
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

CAPÍTULO I  
**Da Estrutura Administrativa**

Art. 86º – A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

Parágrafo Primeiro – Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

Parágrafo Segundo – As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõe a administração indireta do Município se classificam em:

I – **autarquia** - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II – **empresa pública** - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital exclusivo do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o Governo seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III – **sociedade de economia mista** - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da administração indireta.

IV – **fundação pública** - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidade de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

Parágrafo Terceiro – A entidade de que trata o inciso IV do Parágrafo Segundo adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernente às fundações.

## **CAPÍTULO II** **Dos Atos Municipais**

### **SEÇÃO I** **Da Publicidade dos Atos Municipais**

Art. 87º – A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro – A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

Parágrafo Segundo – Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

Parágrafo Terceiro – A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 88º – O Prefeito fará publicar:

I – diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II – mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

III – mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

IV – anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas de administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

### **SEÇÃO II** **Dos Livros**

Art. 89º – O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de seus serviços.

Parágrafo Primeiro – Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

Parágrafo Segundo – Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticado.

### **SEÇÃO III** **Dos Atos Administrativos**

Art. 90º – Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I – DECRETO, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento dos órgãos que compõem a administração municipal;
- g) permissão de uso dos bens municipais;
- h) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Interno;

- i) normas de efeitos externos, não privativos da lei;
- j) fixação e alteração de preços.

#### II – PORTARIA, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) abertura de sindicâncias e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) outros casos determinados em lei ou decreto.

#### III – CONTRATO, nos seguintes casos:

- a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do Art. 81º, IX, desta Lei Orgânica;
- b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

Parágrafo Único – Os atos constantes dos itens II e III deste artigo, poderão ser delegados.

### SEÇÃO IV Das Proibições

Art. 91º – O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consaguíneo, até o terceiro grau inclusive, ou por adoção não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo Único – Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniforme para todos os interessados.

Art. 92º – A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

## SEÇÃO V

### **Das Certidões**

Art. 93º – A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo Juiz.

Parágrafo Único – As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do cargo de Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

## CAPÍTULO III

### **Dos Bens Municipais**

Art. 94º – Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 95º – Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem distribuídos.

Art. 96º – Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I – pela natureza;

II – em relação a cada serviço.

Parágrafo Único – Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.

Art. 97º – A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;

II – quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante justificado pelo Executivo.

Art. 98º – O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

Parágrafo Primeiro – A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades as

sistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

Parágrafo Segundo – A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultante de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 99º – A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 100º – É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins, ou lagos públicos, salvo a permissão a título precário, de pequenos espaços destinados à venda de jornais, revistas, ou refrigerantes.

Art. 101º – O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado conforme o interesse público exigir.

Parágrafo Primeiro – A concessão de uso de bens públicos de usos especiais e dominicais dependerá de lei e de concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, salvo na hipótese do Parágrafo Primeiro do Art. 99º desta Lei Orgânica.

Parágrafo Segundo – A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades de uso escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

Parágrafo Terceiro – A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de decreto.

Art. 102º – Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município e o interessado recolha, previamente a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art. 103º – A utilização e a administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campo de esporte, serão feitas na forma das leis e regulamentos respectivos.

#### CAPÍTULO IV Das Obras e Serviços Municipais

Art. 104º – Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual obrigatoriamente consiste:

I – a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II – os pormenores para sua execução;

III – os recursos para o atendimento das respectivas despesas;  
IV – os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação;

Parágrafo Primeiro – Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executado sem prévio orçamento de seu custo.

Parágrafo Segundo – As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta e, por terceiros, mediante licitação.

Art. 105º – A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para a escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato precedido de concorrência pública.

Parágrafo Primeiro – Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

Parágrafo Segundo – Os serviços permitidos ou concedidos, ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbido, aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Parágrafo Terceiro – O Município poderá reformar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados, em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Parágrafo Quarto – As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive em órgãos da imprensa da Capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 106º – As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.

Art. 107º – Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação, nos termos da lei.

Art. 108º – O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio, com outros municípios.

## CAPÍTULO V Da Administração Tributária Financeira

### SEÇÃO I Dos Tributos

Art. 109º – São tributos municipais, os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituída por leis mu-

municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 110º – São de competência do Município os impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão, **inter vivos**, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como concessão de direitos a sua aquisição;

III – vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV – serviço de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na lei complementar prevista no Art. 146 da Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro – O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social.

Parágrafo Segundo – O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Parágrafo Terceiro – A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos previstos nos incisos III e IV.

Art. 111º – As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a disposição pelo Município.

Art. 112º – A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 113º – Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultando a administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único – As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 114º – O município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

## SEÇÃO II

### Da Receita e da Despesa

Art. 115º – A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos

tributos municipais, da participação de tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços e atividades e de outros ingressos.

Art. 116º – Pertencem ao Município:

I – O produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquias e fundações municipais;

II – 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação dos impostos da União sobre a propriedade rural, relativamente aos imóveis situados no município;

III – 50% (cinquenta por cento) do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

IV – 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

Art. 117º – A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante a edição de decreto.

Parágrafo Único – As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajutáveis quando se tornarem deficientes ou excendentes.

Art. 118º – Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

Parágrafo Primeiro – Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

Parágrafo Segundo – Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

Art. 119º – A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição federal e às normas de direito financeiro.

Art. 120º – Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 121º – Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente em cargo.

Art. 122º – As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

### SEÇÃO III

#### Do Orçamento

Art. 123º – A elaboração e a execução da lei orçamentária anual e plurianual de investimento obedecerá às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único – O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 124º – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, e ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças à qual caberá:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal.

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais comissões da Câmara.

Parágrafo Primeiro – As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

Parágrafo Segundo – As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem somente podem ser aprovada no caso:

I – sejam compatíveis ao plano plurianual;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) doação para pessoal e seus cargos;

b) serviço de dívida; ou

III – Sejam relacionados:

a) com correção e erro ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Parágrafo Terceiro – Os recursos que, em decorrência do veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 125º – A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 126º – O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta do Orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

Parágrafo Primeiro – O não cumprimento do disposto no caput deste artigo implicará a elaboração pela Câmara, independentemente do envio da proposta, da competente Lei de Meios, tomando por base a lei orçamentária em vigor.

Parágrafo Segundo – O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

Art. 127º – A Câmara não enviando, no prazo consignado na lei complementar federal, o projeto de lei orçamentária à sanção, será promulgada como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 128º – Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Art. 129º – Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta seção, as regras do processo legislativo.

Art. 130º – O Município para execução de projetos, programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverá elaborar orçamentos plurianuais de investimentos.

Parágrafo Único – As dotações anuais dos orçamentos plurianuais deverão ser incluídas no orçamento de cada exercício, para utilização do respectivo crédito.

Art. 131º – O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se, discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias se incluem de todos os serviços municipais.

Art. 132º – O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem à fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição a:

I – autorização para abertura de créditos suplementares;

II – contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

Art. 133º – São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara por maioria absoluta;

IV – a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158º e 159º da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art.

159º desta Lei Orgânica e a prestação de garantias às operações de crédito por participação de receita, previstas no art. 133º, II, desta Lei Orgânica.

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e de seguridade social para suprir necessidade ou cobrir o déficit e de seguridade social para suprir necessidade ou cobrir o déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 126º desta Lei Orgânica;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Parágrafo Primeiro – Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Parágrafo Segundo – Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forme autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Parágrafo Terceiro – A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

Art. 134º – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, serão entregues até o dia 20 de cada mês.

Art. 135º – A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo Único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.



## TÍTULO IV

### DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

#### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

Art. 136º – O município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses de coletividade.

Art. 137º – A intervenção do Município, no domínio econômico, terá, principalmente, em vista estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais.

Art. 138º – O trabalho é obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 139º – O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucros, mas também como meio de expansão econômica e do bem-estar coletivo.

Art. 140º – O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo Único – São isentas de impostos as respectivas cooperativas.

Art. 141º – O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Parágrafo Único – A fiscalização de que trata este artigo compreende o exame contábil e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

Art. 142º – O Município dispensará à micro empresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução por meio de lei.

#### CAPÍTULO II

##### Da Previdência e Assistência Social

Art. 143º – O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a esse objetivo.

Parágrafo Primeiro – Caberá ao Município promover e executar as

obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

Parágrafo Segundo – O plano de assistência social do município, nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no art. 203º da Constituição Federal.

Art. 144º – Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na lei federal.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Saúde**

Art. 145º – Sempre que possível, o Município promoverá:

I – formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;

II – serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e o Estado, bem como as iniciativas particulares e filantrópicas;

III – combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

IV – combate ao uso de tóxico;

V – serviços de assistência à maternidade e à infância.

Parágrafo Único – Compete ao Município suplementar, se necessário, a legislação federal e a estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde, que constituem um sistema único.

Art. 146º – A inspeção médica nos estabelecimentos de ensino municipal terá caráter obrigatório.

Parágrafo Único – Constituirá exigência indispensável a apresentação, no ato da matrícula, de atestado de vacina contra moléstias infecto-contagiosas.

Art. 147º – O Município cuidará do desenvolvimento das obras e serviços relativos ao saneamento e urbanismo, com a assistência da União e do Estado, sob condições estabelecidas na lei complementar federal.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto**

Art. 148º – O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

Parágrafo Primeiro – Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

Parágrafo Segundo – A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais.

Parágrafo Terceiro – Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual dispendo sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios e veículos de transporte coletivo.

Parágrafo Quarto – Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas entre outras, as seguintes medidas:

I – amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II – ação contra os males que são instrumentos da dissolução da família;

III – estímulos aos pais e às organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

IV – colaboração com as entidades assistenciais que visem a proteção e educação da criança;

V – amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;

VI – colaboração com a União, e com o Estado e com outros Municípios, para solução do problema dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação.

Art. 149º – O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro – Ao Município compete suplementar, quando necessário, a legislação federal e a estadual dispendo sobre a cultura.

Parágrafo Segundo – A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município e os diferentes segmentos étnicos que compõem a comunidade local.

Parágrafo Terceiro – À administração municipal cabe, na forma da lei, a gestão de documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Parágrafo Quarto – Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras, e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Art. 150º – O dever do Município com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Parágrafo Primeiro – O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandato de injunção.

Parágrafo Segundo – O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Parágrafo Terceiro – Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 151º – O sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 152º – O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

Parágrafo Primeiro – O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou seu representante legal ou responsável;

Parágrafo Segundo – O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa;

Parágrafo Terceiro – O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebam auxílio do Município.

Art. 153º – O ensino é livre à iniciativa privada, atendida às seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 154º – Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal, que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município, no caso de encerramento de suas atividades.

Parágrafo Primeiro – Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, na forma de lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 155º – O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, as

organizações beneficentes, culturais e amadoristas, nos termos da lei, sendo que os amadoristas e as colegiais terão prioridade no uso de estúdios, campos e instalações de propriedade do Município.

Art. 156º – O Município manterá o professorando municipal em nível econômico, social e moral à altura de suas funções.

Art. 157º – A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 158º – O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente da transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 159º – É da competência comum da União, do Estado e do Município proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Política Urbana**

Art. 160º – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

Parágrafo Primeiro – O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Parágrafo Segundo – A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

Parágrafo Terceiro – As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 161º – O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo o seu limite e o seu uso da conveniência social.

Parágrafo Primeiro – O Município poderá mediante lei específica, para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de:

I – parcelamento ou edificação compulsória;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano progressivo no tempo;

III – desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Parágrafo Segundo – Poderá também o Município organizar fazen-

das coletivas, orientadas ou administradas pelo poder público, destinadas a formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

Art. 162º – São isentos de tributos os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

Art. 163º – Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia e de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo Primeiro – O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou a mulher, ou a ambos independentemente do estado civil.

Parágrafo Segundo – Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Art. 164º – Será isento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbano o prédio ou terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

## CAPÍTULO VI Do Meio Ambiente

Art. 165º – Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo Primeiro – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

Parágrafo Segundo – Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente na forma da lei.

Parágrafo Terceiro – As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

## **CAPÍTULO VII**

### **Da Política Agrícola**

Art. 166º – Será dado tratamento especial ao pequeno e médio produtor rural através de planos e programas que viabilizem a produção de alimentos, incluindo-se a distribuição de sementes e implementos agrícolas.

Parágrafo Primeiro – A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvidas as entidades de classe, os produtores e trabalhadores rurais objetivando, especialmente:

I – o cooperativismo;

II – a assistência técnica e a extensão rural;

III – a assistência técnica gratuita ao pequeno e médio produtor rural.

Parágrafo Segundo – Compete à administração pública municipal estabelecer programas de desenvolvimento das comunidades rurais através de planejamentos agrícolas para fixar o homem na terra e dar-lhe condições para produzir.



## TÍTULO V

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 167º – Incumbe ao Município:

I – auscultar, permanentemente, a opinião pública; para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário, os poderes Executivo e Legislativo divulgarão com a devida antecedência os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II – adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

III – facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão.

Art. 168º – É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes à administração Municipal.

Art. 169º – Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio Municipal.

Art. 170º – O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços de qualquer natureza.

Parágrafo Único – Para os fins deste artigo, somente após um ano de falecimento poderá ser homenageada qualquer pessoa, salvo personalidade marcante que tenha desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, do Estado ou da Nação.

Art. 171º – Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo Único – As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados, porém, pelo Município.

Art. 172º – Até à promulgação da lei complementar referida no art. 136º desta Lei Orgânica, é vedado ao Município despendar mais do que 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da receita corrente, limite esse a ser alcançado no máximo em cinco anos, à razão de um quinto por ano.

Art. 173º – Até a entrada em vigor da lei complementar federal, o projeto do plano plurianual para vigência até o final do mandato em curso do Prefeito, e o projeto de lei orçamentária anual serão encaminhados à Câmara até (quatro) meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvidos para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

—

—

## ATOS DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 174º – O Município, através da Secretaria de Educação, tem o prazo de 6 (seis) meses para executar concurso cultural para escolher o HINO e a BANDEIRA, da cidade de Jardim do Mulato.

Art. 175º – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, ser-lhe-ão repassadas à medida em que entram nos cofres municipais.

Parágrafo Único – Os créditos suplementares e especiais, serão entregues à Câmara Municipal até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 176º – Nos 8 (oito) primeiros anos de instalação do Município, não poderá o Poder Público despendar mais de 50% (cinquenta por cento) de suas receitas com despesas de pessoal.

Art. 177º – O Prefeito ou o Vereador que durante o exercício do mandato vier a falecer ou tornar-se inválido, fará jus à pensão de 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração daqueles que estiverem no exercício do mandato, não computando-se, para efeito de cálculo, no caso do Prefeito, os valores recebidos como representação.

Parágrafo Único – Os benefícios a que se referem o caput deste artigo, com a morte do beneficiário, serão estendidos à esposa ou aos filhos até que o mais jovem complete maioridade.

Art. 178º – As terras de servidão pública, já existentes no município, passam, a partir da promulgação desta Lei Orgânica, a incorporar o patrimônio público municipal.

Art. 179º – O Poder Executivo responderá, no prazo de 30 (trinta) dias, aos requerimentos aprovados pelo Poder Legislativo.

Art. 180º – A Lagoa do Mulato, passa a ser área de preservação permanente.

Art. 181º – Os dias 19 de março e 29 de abril, são feriados municipais.

Art. 182º – Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, será promulgada pela mesa e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim do Mulato, de de 1993.



MÁRIO MATSU-HITO E SILVA LEITÃO  
**Presidente da Câmara**

JOÃO EVANGELISTA SOARES  
**Presidente da Comissão Geral**

CÍCERO CARLOS DE CARVALHO  
**Relator Geral**

**COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**Presidente** – CÍCERO CARLOS DE CARVALHO  
**Relator** – ANTONIO JOSÉ GONÇALVES DA SILVA  
**Membro** – JOAQUIM DE NEIVA NETO

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E  
FINANÇAS PÚBLICAS**

**Presidente** – JOAQUIM DE NEIVA NETO  
**Relator** – JOÃO EVANGELISTA SOARES  
**Membro** – SANTÍDIO ALVES DE MOURA

**COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL**

**Presidente** – JOSÉ DA COSTA MORAES  
**Relator** – MARCELINO GOMES VILANOVA  
**Membro** – OSVALDO APRÍGIO VILARINHO

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA LEI ORGÂNICA DO  
MUNICÍPIO DE JARDIM DO MULATO – ESTADO DO PIAUÍ.

ABASTECIMENTO ALIMENTAR.

- Competência para organização: Art. 12º, VIII

ABUSO DE PRERROGATIVAS.

- Para Vereador: Art. 38º, § 1º

AÇÃO PENAL.

- Contra o Prefeito, tramitará: Art. 70º

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

- Arts. 80º e 81º
- Princípios: Art. 80º
- Servidores Públicos no exercício de mandato eletivo: Art. 81º

AGROPECUÁRIA.

- Produção; Competência para fomentar: Art. 12º, VIII

AGROTÓXICOS.

- Controle: Art. 165º, V

ALIMENTAÇÃO.

- Quando e como será feita: Art. 97, I e II

ALÍQUOTAS.

- Fixação nos impostos: Art. 113º

AMPLA DEFESA.

- Direito de: Art. 38º, § 3º

APOSENTADORIA.

- Art. 83º e incisos
- do professor e da professora: Art. 83º, III, “B”
- do servidor público: Art. 83º, I, II e III, § 3º
- proporcional: Art. 83, III
- por invalidez: Art. 83º, I

ASSISTÊNCIA FAMILIAR.

- Art. 148º “caput” § 4º, I

ASSISTÊNCIA SOCIAL.

- Plano e objetivo: Art. 143º, § 2º

## ASSISTÊNCIA A TRABALHADORES RURAIS

– Art. 140º

## ASSOCIAÇÃO.

– direito do servidor: Art. 80º, VI

## ATIVIDADES, INSALUBRES E PERIGOSAS:

– Art. 83º, § 1º

## AUTARQUIA.

– definições: Art. 86, § 2º, I

## BANDEIRA.

– símbolo: Art. 2º, parágrafo único

## BEM DE TODOS.

– Meio Ambiente: Art. 166º

## BEM-ESTAR.

– Promoção: Art. 139º

## BENS DE VALOR HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL.

– conservação: Art. 11º, IV

## BENS PÚBLICOS.

– disposição sobre: Arts. 94º a 103º

## BENS MUNICIPAIS.

– normas sobre uso: Art. 95º

– classificação: Art. 96 e incisos

– administração: Art. 94º

– alienação: Art. 97º

– doação proibida: Art. 100º

– venda e doação, prévia autorização da Câmara: Art. 99º

– concessão: Art. 101, § 1º

## BENS IMÓVEIS.

– modo de alienação: Art. 97º, I

– sua aquisição: Art. 99º

– imposto sobre transmissão: Art. 100º, II

## BENS MÓVEIS.

– modo de alienação: Art. 97º, II

## BRASILEIROS.

– acesso a cargos, empregos e funções públicas: Art. 80º, I

#### CAÇA.

- proibições impostas: Art. 165º, VII

#### CÂMARA MUNICIPAL.

- representa o Poder Legislativo Municipal: Arts. 2º e 13º
- composição: Art. 14º
- períodos legislativos: Art. 15º e seus parágrafos
- deliberações: Art. 16º
- recinto e funcionamento: Art. 18º
- sessões públicas: Art. 19º
- sessões secretas: Art. 20º
- funcionamento: Art. 21º e seus parágrafos
- Mesa Diretora: Art. 21º, § 5º e Art. 22º
- composição da Mesa Diretora: Art. 23º
- Comissões Permanentes: Art. 24º e seus parágrafos
- competência originária: Art. 33º e incisos
- competência privativa: Art. 34º e incisos

#### CARGOS PÚBLICOS.

- acesso através de concurso: Art. 80º, II
- acesso aos brasileiros: Art. 80º, I
- em comissão; exercício: Art. 80º, V
- reserva a deficientes: Art. 80º, VIII
- proibições de acumular: Art. 80º, XVI, "a", "b" e "c" e XVII
- isonomia: Art. 80º, XI
- afastamento para exercício de mandato eletivo: Art. 81º e incisos
- criação, transformação e extinção: Art. 33º, XII

#### CASSAÇÃO DE MANDATO.

- de vereadores: Art. 38º e incisos
- de Prefeitos: Art. 71º

#### CERTIDÕES.

- para fins de criação de distritos: Art. 6º, parágrafo único, "b", "c", "d" e "e".
- expedição assegurada: Art. 93º

#### CIÊNCIA.

- meios de acesso; competência comum: Art. 11º, V
- estímulo do desenvolvimento: Art. 149º

#### COISA JULGADA.

- não consolidada: Art. 84º, §2º

#### COMBUSTÍVEIS.

- imposto sobre: Art. 110º, III

#### COMISSÕES.

- permanentes e especiais na Câmara: Art. 24º, parágrafo e incisos
- permanentes, competência: Art. 24, § 1º

#### COMPETÊNCIA.

- Vide Poderes, Órgão e assuntos

#### COMUNICAÇÃO.

- manutenção de meios, vedação: Art. 12º, IV

#### CONCESSÃO.

- de licença para estabelecimentos comerciais, industriais: Art. 10º, XV
- de transportes coletivos: Art. 10º, XXII
- de bens municipais: Art. 101, § 1º

#### CONCURSO PÚBLICO.

- forma de acesso ao serviço público: Art. 80º, II
- confere estabilidade: Art. 84º

#### CONDENAÇÃO CRIMINAL.

- perda do mandato: Art. 71º, I

#### CONSTITUIÇÃO.

- Configuração e Supremacia: Art. 1º

#### CONTRATAÇÃO.

- regras gerais: Art. 80º, incisos e parágrafos
- por tempo determinado: Art. 80º, IV

#### CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

- instituição: Art. 112º

#### CONTRIBUIÇÕES GERAIS.

- instituição: Art. 114º

#### COOPERAÇÃO.

- da União do Estado-Membro, educação: Art. 11º, V

#### COOPERATIVA.

- Política agrícola planejada: Art. 116º, I

#### CRÉDITO.

- legitimação da despesa: Art. 120º
- extraordinário, despesas imprevisíveis e urgentes: Art. 133º, § 3º
- especiais: Art. 133º, § 2º

#### CRIANÇA.

- assistência: Art. 145º, V

#### CRIMES.

- de responsabilidade do Prefeito, julgamento: Art. 70º, “caput”
- comuns, julgamento do Prefeito: Art. 70º

#### CULTOS RELIGIOSOS.

- ao município é vedado manter: Art. 12, I

#### CULTURA.

- meios de acesso: Art. 11º, V

#### DEFESA.

- de direito, certidões: Art. 10º, XXXIX
- do meio ambiente: Art. 165º, parágrafos e incisos
- do consumidor: Art. 137º

#### DEFICIENTES FÍSICOS.

- percentual de cargos e empresas: Art. 80º, VIII
- assistência: Art. 148º, § 30

#### DENÚNCIA.

- recebida contra o Prefeito; afastamento do cargo: Art. 70º, § 1º, I

#### DESAPROPRIAÇÃO.

- aquisição de bens pelo Município: Art. 10º, XVIII
- competência para legislar sobre: Art. 65º, V

#### DESENVOLVIMENTO URBANO.

- política de: Art. 160º
- Plano Direto: Art. 160º, § 1º

#### DESIGUALDADES SOCIAIS.

- correção através de efetiva assistência social: Art. 143º, § 2º

#### DESPEDIDA ARBITRÁRIA.

- invalidade por sentença judicial: Art. 84º, § 2º

#### DESPESA.

- princípios gerais: Art. 119º
- ordenação: Art. 120º
- criação por lei e com indicação do recurso pertinente: Art. 121º
- com pessoal; limite: Art. 135º

#### DIREITOS POLÍTICOS.

- perda do mandato de vereador: Art. 38º, VI
- perda do mandato de Prefeito: Art. 71º, IV

#### DISPOSIÇÕES GERAIS.

- Arts. 167º a 173º

#### DÍVIDA PÚBLICA.

- serviço de: Art. 124º, § 2º, “b”

#### DOAÇÃO.

- concessão: Art. 101º
- procedimento: Art. 102º
- proibições: Art. 100º

#### DOCUMENTOS PÚBLICOS.

- proteção: Art. 11º, III

#### DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

- inclusão no orçamento: Art. 130º, parágrafo único
- para despesas: Art. 120º

#### DROGAS.

- programas de prevenção: Art. 145º, IV

#### EDUCAÇÃO.

- direito de todos, dever do Município, do Estado-Membro e da União: Art. 11º, V
- efetivação pelo Município: Art. 150 e incisos
- recursos mínimos destinados pelo Município: Art. 158º

#### EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

- promoção: Art. 165, § 2º

#### ELEIÇÃO.

- dos Vereadores: Art. 14º, “caput”
- da Mesa da Câmara Municipal: Art. 21º, “caput” e § 5º
- do Prefeito: Art. 56º
- do Vice-Prefeito com ele registrado: Art. 56º, § 1º

#### ELEGIBILIDADE.

- condições para os Vereadores: Art. 14º, parágrafo único
- condições para o Prefeito e Vice-Prefeito: Art. 55º, parágrafo único

#### EMENDA À LEI ORGÂNICA.

- condições para: Art. 42º

## EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.

- serviços de: Art. 10º, XXII

## ENSINO.

- fundamental: Art. 150º, I
- obrigatório, acesso: Art. 150º, § 1º e 2º
- chamada: Art. 150º, § 3º
- fundamental; prioridade: Art. 152º, "caput"
- material ao educando: Art. 150, VII

## ENTIDADES DE CLASSE.

- manutenção com recursos Municipais, ensino fundamental: Art. 154º

## ENTORPECENTE.

- combate ao uso: Art. 145º, IV

## ESCOLAS COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS E FILANTRÓPICAS.

- recursos do Município para: Art. 154º, "caput"

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- regras: Art. 130º, "caput"

## EXTINÇÃO.

- de corpos, empregos e funções: Art. 33º, XI
- do mandato de Vereador: Art. 38º e incisos
- do mandato de Prefeito: Art. 71º e incisos

## FAMÍLIA.

- disposições gerais sobre: Art. 148º a 159º
- proteção do Município: Art. 148º, "caput"
- amparo: Art. 148º, § 4º, I

## FAUNA.

- competência comum na proteção: Art. 11º, VII
- proteção: Art. 165º, VII

## FÉ.

- aos documentos públicos; vedado ao Município: Art. 12º, II

## FISCALIZAÇÃO.

- Contábil, Financeira e Orçamentária: Arts. 52º a 54º

## FLORA.

- competência comum na proteção: Art. 11º, VII
- proteção do meio ambiente: Art. 165º, VII

#### FUNÇÃO PÚBLICA.

- de confiança: Art. 80º, V
- criação, extinção e transformação: Art. 33º, XI

#### FUNDAÇÃO PÚBLICA.

- definição: Art. 86º, § 2º, IV
- personalidade jurídica, aquisição: Art. 86º, § 3º

#### FUNDO DE PARTICIPAÇÃO.

- receita do Município: Art. 115

#### FUSÃO.

- de distritos: Art. 5º, § 1º

#### GARANTIAS.

- de estabilidade; servidor público: Art. 84º, “caput” e parágrafos

#### GREVE.

- direito de: Art. 80º, VII

#### GUARDA MUNICIPAL

- atribuições para constituir: Art. 10º, § 2º

#### HABITAÇÃO.

- promoção de programas: Art. 11º, II

#### HINO

- símbolo: Art. 2º, Parágrafo Único

#### IGREJAS

- vedado ao Município mantê-las: Art. 12º, I

#### IMÓVEIS PÚBLICOS

- alienação: Art. 97º, I
- doação: Art. 98º
- aquisição: Art. 99º

#### IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO, INTER VIVOS, DE BENS IMÓVEIS

- competência para fixação: Art. 110º, II

#### IMPOSTO

- tributos municipais: Art. 109º
- competência do Município: Art. 110º e incisos
- vedado instituir sobre: Art. 120, XII, “a”, “b”, “c” e “d”

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS  
– parcela pertencente ao Município: Art. 116º, IV

IMPOSTO SOBRE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS  
– instituição: Art. 110º, III

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS  
– competência: Art. 110º, IV

IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES  
– parcela pertencente ao Município: Art. 116º, III

IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL  
– parcela pertencente ao Município: Art. 116º, II

IMPOSTO SOBRE RENDAS E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA  
– parcela pertencente ao Município: Art. 116º, I

IMUNIDADES  
– de Vereadores: Art. 36º, “caput”

INELEGIBILIDADE  
– condições para vereadores: Art. 14º, Parágrafo Único  
– condições para Prefeito e Vice-Prefeito: Art. 55º, Parágrafo Único

INFÂNCIA  
– assistência: Art. 148, § 4º, IV

INFORMAÇÃO  
– direito de todo cidadão: Art. 93º, “caput”

INSALUBRIDADE  
– atividade: Art. 83º, § 1º

INTERVENÇÃO  
– na sua vigência é defeso emendar a Lei Orgânica: Art. 42º, § 3º

IRREDUTIBILIDADE  
– de vencimentos: Art. 80º, XV

JORNAIS E PERIÓDICOS  
– vedada a instituição de imposto sobre: Art. 120, XII, “d”

## LEI ORÇAMENTÁRIA

- elaboração e execução: Art. 123º
- emendas ao Projeto: Art. 124º, § 1º
- compreenderá: Art. 125º e incisos
- rejeição do Projeto; consequências: Art. 128º
- sanção automática: Art. 127º

## LEIS

- publicação: Art. 65º, III
- iniciativa da Mesa da Câmara: Art. 46º e seus incisos
- iniciativas da Câmara Municipal, por seus Vereadores: Art. 33º e incisos
- processo legislativo: Art. 41º
- iniciativa do Prefeito: Art. 45º e seus incisos

## LEIS COMPLEMENTARES

- compreende o processo legislativo: Art. 41º, II
- aprovação por maioria absoluta: Art. 44º

## LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

- direito do servidor: Art. 80º, VI

## LICITAÇÃO

- exigência legal: Art. 105º

## LIMITAÇÃO DO PODER DE TRIBUTAR

- casos: Art. 12º, Parágrafos e incisos

## LÍNGUA PORTUGUESA

- ministração do ensino: Art. 152º

## LIVROS

- imposto vedado sobre: Art. 12º, XII, “d”

## MANDATO

- de Vereador: Art. 13º, Parágrafo Único
- de Prefeito: Art. 61º

## MEIO AMBIENTE

- proteção: Art. 165º, seus parágrafos e incisos

## MINISTÉRIO PÚBLICO

- representação sobre irregularidade nas prestações de contas: Art. 54º
- denúncia contra o Prefeito: Art. 70º, § 1º, I

## MUNICÍPIOS

- unidade do território nacional, com autonomia político-administrativa e financeira: Art. 1º

## OBRAS

- necessidade de plano próprio: Art. 104º e seus incisos
- orçamento prévio: Art. 104º, § 1º

## ORÇAMENTO

- elaboração: Art. 123º

## ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

- Arts. 109º a 135º

## ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

- disposições gerais: Art. Título II
- Legislativo: Arts. 13º a 54º
- Executivo: Arts. 55º a 85º

## ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- direito do servidor público: Art. 80º, VI

## PARTIDOS POLÍTICOS

- formação das Comissões Técnicas da Câmara Municipal: Art. 24º, § 3º

## PENSIONISTAS

- proventos: Art. 83º e seus incisos

## PLEBISCITO

- criação de Distritos: Art. 5º

## PODERES

- do Município: Art. 2º, “caput”

## PODER DE TRIBUTAR

- competência: Art. 110º e seus incisos
- limitação: Art. 12º, Parágrafos e incisos

## POLÍTICA AGRÍCOLA

- formação e execução: Art. 166, § 1º e 2º

## POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

- execução: Art. 160º e seus parágrafos

## POLUIÇÃO

– combate: Art. 11º, VI

## PRAZO

– para encaminhamento da proposta orçamentária: Art. 126º

## PRÉ-ESCOLA

– prioridade: Art. 150º, IV

## PREFEITO

– chefe do Poder Executivo: Art. 55º  
– atribuições: Art. 65º  
– perda do mandato: Arts. 67º, 70º e 71º

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

– quem regulará: Art. 144º  
– plano: Art. 143º, §2º

## PRODUÇÃO

– competência para fomentar: Art. 11º, VIII

## PROFESSORA

– aposentadoria: Art. 83º, III, “b”

## PROFESSOR

– aposentadoria: Art. 83º, III, “c”

## PROJETOS DE LEI

– iniciativa: Art. 43º  
– aprovados: Art. 48º  
– matéria rejeitada: Art. 51º  
– votação em regime de urgência: Art. 47º, “caput” e § 1º  
– veto: Art. 48º, § 1º e 2º  
– rejeição do veto: Art. 48º, § 5º

## RECEITAS TRIBUTÁRIAS

– constituição: Art. 115º

## RENDAS

– imposto sobre: Art. 116º, I

## SAÚDE

– promoção: Art. 145º e seus incisos

## SECRETÁRIOS

- auxiliares do Prefeito: Art. 72º, I

## SERVIDOR PÚBLICO

- disposições aplicáveis: Arts. 82º a 84º

## SINDICATO

- direito do servidor público: Art. 80º, VI

## SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

- suplementação da legislação pelo Município: Art. 145º, Parágrafo Único

## SUBSTÂNCIA E PRODUTOS TÓXICOS

- art. 165º, § 1º, V

## SUPLENTE DE VEREADOR

- convocação: Art. 40º, “caput” e § 1º e 2º

## TEMPLOS RELIGIOSOS

- vedada a instituição de imposto: Art. 12º, XII, “b”

## TRABALHADOR RURAL

- assistência: Art. 140º

## TRÂNSITO

- estabelecimento e implantação de políticas: Art. 11º, XI

## TRANSPORTE

- coletivo; serviço público: Art. 10º, XXXVII, “c”

## VEÍCULOS AUTOMOTORES

- instituição de imposto: Art. 116º, III

## VENCIMENTOS

- de cargos dos Poderes Constituídos; isonomia: Art. 80º, XII
- irredutibilidade: Art. 80º, XV

## VEREADORES

- compõem a Câmara Municipal: Art. 14º
- eleição: Art. 14º, § 1º e 2º

## VICE-PREFEITO

- eleição: Art. 56º, § 1º
- posse: Art. 57º
- substituirá o Prefeito: Art. 58º

ÍNDICE ALFABÉTICO DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

ARBITRAMENTO

- para situação das terras urbanas de servidão: Art. 178º

APROVAÇÃO

- de créditos suplementares e especiais; prazo de entrega à Câmara Municipal: Art. 175º

BANDEIRA

- concurso cultural para escolha de modelo: Art. 174º

CONCURSO CULTURAL

- para escolha de modelo da Bandeira e letra e música do Hino: Art. 174º

CRÉDITOS

- suplementares e especiais; prazo de entrega à Câmara: Art. 174º

HINO

- concurso cultural para escolha de letra e música: Art. 174º

PENSÃO VITALÍCIA

- concedida a Prefeitos e Vereadores: Art. 177º

TERRAS

- de servidão; incorporação ao patrimônio do Município: Art. 178º

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

Composição e Impressão  
**JOLENNE GRÁFICA E EDITORA**  
Av. São Raimundo, 767 • Teresina - PI  
Telefones (086) 222-2824 e (086) 222-5854